

ATA NÚMERO NOVE DO CONSELHO GERAL

----- Aos quinze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu-se o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Resende, na sala A2.12 da Escola Secundária de Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----**Ponto um:** Ler e aprovar a ata da reunião anterior; -----

-----**Ponto dois:** Dar posse aos novos membros representantes dos Alunos;-----

-----**Ponto três:** Analisar o relatório do Gabinete de estudos, monitorização e avaliação, nomeadamente a sua versão final relativa aos resultados do terceiro período do ano transato;-----

----- **Ponto quatro:** Definir as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento;-----

----- **Ponto cinco:** Definir as linhas orientadoras do planeamento e execução, pelo Diretor, das atividades no domínio da ação social escolar;-----

----- **Ponto seis:** Definir os descritores que permitam avaliar o grau de cumprimento dos compromissos e o nível de demonstração das competências assumidos pelo Diretor;-----

----- **Ponto sete:** Outros Assuntos.-----

-----Estiveram presentes os conselheiros, Ana Beatriz Xavier, Ana Lázaro, Ana Magalhães, Carla Costa, Filipa Pereira, Gina Antas, Graça Andrade, José Carlos Teixeira, Manuel Bernardo, Margarida Bernardo, Maria José Dias, Paula Pereira, Paulo Jesus, Sérgio Sousa, bem como os representantes da comunidade local cooptadas, Anabela Oliveira, em representação da Associação Empresarial de Resende, e Manuel Tuna.-----

Tendo sido enviada previamente, questionou a Presidente do Conselho Geral sobre se havia alguma proposta de alteração à ata do dia vinte e seis de julho e, após correção de uma pequena gralha, colocou-a à votação, tendo sido aprovada pela maioria dos presentes na referida reunião.-----

-----Relativamente ao **ponto dois**, a Presidente do Conselho Geral começou por tecer rasgados elogios aos discentes que cessaram funções pela sua dedicação e importantes contributos para melhoria do funcionamento do Agrupamento, dando posse às novas Conselheiras, representantes dos alunos, Ana Beatriz Xavier e Margarida Bernardo, ambas da lista A, louvando o manifesto interesse dos alunos em



participar na vida escolar e referindo que conta com a preciosa colaboração de ambas, podendo estas reuniões contribuir para uma reflexão e debate salutareis com vista ao melhor para os alunos e para o Agrupamento em geral.-----

-----A reunião prosseguiu com a análise da **versão final do relatório do Gabinete de estudos, monitorização e avaliação relativo ao ano letivo transato**, incidindo esta análise nos resultados da avaliação externa e da avaliação interna do ensino profissional, uma vez que a análise dos restantes pontos decorreu na reunião de 26 de julho. De referir ainda que o Conselheiro Sérgio Sousa detetou uma gralha na numeração dos pontos referentes à análise aos resultados da avaliação interna do educação pré-escolar, a qual já foi transmitida à Coordenadora do referido Gabinete para futura correção. Outras gralhas que entretanto foram apontadas serão igualmente comunicadas. -----

-----A Conselheira Carla Costa referiu que, numa perspetiva construtiva, considera pertinente que o Conselho Geral tivesse conhecimento do que foi feito a partir da análise aos resultados efetuada já no mês de julho. Não colocando em causa a qualidade do documento elaborado deveria o mesmo traduzir o impacto que os resultados têm na preparação do ano letivo face ao objeto da análise realizada. Apontou como exemplo a questão da Cidadania e Desenvolvimento, referindo que seria importante perceber em que medida o conjunto de atividades promovido foi positivo para os alunos, tentando averiguar se estes colocam em prática as aprendizagens adquiridas. Outro exemplo apontado prende-se com o número de crianças acompanhadas pelas diversas medidas de apoio durante a educação pré-escolar, considerando que mais do que enumerar essas medidas seria mais interessante estudar quantas dessas crianças precisam desse acompanhamento técnico no 1.º ciclo, ou, por outras palavras, quantas deixaram de necessitar desse apoio aquando dessa transição. Manifestou ainda preocupação com os resultados obtidos no ensino profissional, nomeadamente com o número de módulos por concluir em turmas de reduzida dimensão, merecendo uma reflexão sobre as estratégias que se devem implementar, face aos critérios de avaliação em vigor. Terminou a sua intervenção, questionando quanto à constituição da equipa GEMA, considerando que os seus membros não deveriam pertencer a outras estruturas de decisão, como seja o Conselho Pedagógico ou a Direção, de modo a garantir a devida independência.-----

-----O Sr. Diretor tomou então a palavra para referir que, relativamente à Estratégia de Cidadania, a mesma é elaborada no início do ano e foi alvo de inspeção, tendo sido cumpridas as sugestões resultantes dessas conclusões emanadas. Os Sr. Inspectores consideraram que o documento estava capaz, tendo essas conclusões sido publicadas na página do Agrupamento para consulta dos interessados. No que concerne à questão levantada referente ao 1.º ciclo, considera que o relatório GEMA contém uma informação sintética do tipo de apoios de que os alunos beneficiam, sendo que, no final do ano letivo, a Coordenadora da Educação Inclusiva efetua um levantamento de todas as crianças que necessitam de continuar a beneficiar dessas medidas. Relativamente ao problema dos resultados no ensino profissional, o ideal é que a totalidade dos alunos concluíssem os módulos, contudo acredita que as equipas pedagógicas dedicam toda a atenção e tudo fazem para que os alunos alcancem o sucesso, o que nem sempre acontece por uma variedade de razões. Concluiu, referindo não entender a insistência da vereadora Carla Costa relativamente à constituição da equipa GEMA, uma vez que a mesma tem desenvolvido um excelente trabalho e que a maioria dos elementos transitou da anterior Direção, da qual a vereadora fez parte.-----

-----Após esta intervenção, solicitou novamente a palavra a Conselheira Carla Costa, para dizer que a excelência da equipa nunca foi posta em causa, mas que na sua perspetiva, quem tem assento no Conselho Pedagógico não terá o distanciamento devido quando tem de aprovar documentos por si elaborados.-----

-----O Conselheiro Manuel Tuna corroborou a opinião da Sr^a. Vereadora, salientando que na Direção anterior, nenhum dos membros da referida equipa tinha assento no Conselho Pedagógico, nem prestava assessoria à Direção, factos que se vieram a verificar posteriormente, evitando, desta forma os problemas de incompatibilidade. No que se refere ao documento em si, considera que sendo um documento que reflete uma análise exaustiva dos resultados, torna-se demasiado extenso e pouco relevante no sentido de destacar de que modo a autoavaliação efetuada se reflete no trabalho que será desenvolvido. Assim, no seu entender, deveria existir um documento com esta análise, mas o mesmo deveria ser complementado por um outro onde fossem definidas linhas orientadoras para as estratégias que sirvam uma melhoria futura. Sem um modelo bem pensado, que altere a estrutura, há números que se perdem no

meio de tanta informação, considerando que os números mais relevantes deveriam ter um evidente destaque. Referiu ainda a questão dos ranking, os quais, não obstante as diferentes interpretações de que são alvo, são sempre importantes para situar a escola, realçando a evolução francamente positiva do Agrupamento nos últimos anos, o que espelha o bom trabalho que se tem desenvolvido.-----

-----O Sr. Diretor tomou a palavra, referindo que, ainda relativamente à equipa GEMA, aceita todas as opiniões emitidas, dando-lhes a merecida atenção, mesmo que nem sempre concorde. Esta equipa tem produzido um ótimo trabalho, não fazendo, por isso, sentido alterar a sua composição, considerando que a questão das incompatibilidades se resolve, com a ausência dos elementos que têm assento noutros órgãos aquando das deliberações e/ou votações. Relativamente à estrutura do relatório foi solicitada à equipa que numa primeira parte fosse exposta toda a informação de interesse, mas numa segunda parte se efetuasse uma síntese na qual se destacassem os aspetos mais relevantes.-----

-----O Conselheiro Paulo Jesus interveio afirmando que qualquer relatório pode sempre ser melhorando e esclareceu que o levantamento dos alunos que necessitam de medidas é efetuado numa reunião de equipa entre os educadores e os docentes do 1.º ciclo e, assim sendo, todos os professores sabem previamente que alunos irão usufruir de apoios e de que tipos de apoios irão beneficiar.-----

-----A Conselheira Maria José Dias pediu a palavra alertando para a necessidade de corrigir o relatório no que à indicação de medidas diz respeito, uma vez que é indicado o número de alunos a beneficiar de Rendimento Social de Inserção (RSI) e a ser acompanhados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o que, no seu entender, não faz sentido por serem apoios externos ao Agrupamento. Assim, deveria, a par das outras medidas apontadas, referir-se apenas o número de alunos que são acompanhados por outras instituições. Fez ainda questão de mencionar que os resultados obtidos estão muitas vezes interligados com o interesse dos alunos pela escola e que existe uma panóplia de problemas familiares, sociais, aos quais por vezes não se atende, e que justificam a desconcentração, a desmotivação e até alguns comportamentos. Recorrendo à prática que advém dos anos que passou como coordenadora da CPCJ e da equipa do RSI, teve conhecimento de situações

muito graves e que sente, dos testemunhos dos jovens com quem trabalhou, uma certa discriminação dos alunos, por vezes, apenas pelo nome de família que “carregam”. Apela, por isso, à sensibilidade de todos para esta questão, reforçando que, por vezes, as situações tomam dimensões mais graves, pelo facto de nem sempre serem sinalizadas atempadamente, sinalização essa que deve ocorrer no 1.º ciclo do ensino básico ou na educação pré-escolar. Referiu ainda que é crucial que exista uma efetiva cooperação entre todos para que se rentabilizem os recursos de modo a garantir que o apoio que é dado aos alunos seja efetivamente de qualidade, afetando mais psicólogos e terapeutas da fala se necessário, para evitar que os alunos procurem no exterior ajuda, que por vezes, não é a mais adequada.-----

----A Conselheira Paula Pereira retorquiu, dizendo que não pode concordar com a afirmação da existência de discriminação de certos alunos, e, mesmo não podendo ter conhecimento de todas as realidades, percebe, até mesmo da parte dos discentes, uma diminuição de comentários depreciativos face a grupos de alunos. Reforçou que os professores são sensíveis aos problemas dos alunos, contudo não se pode desculpabilizar todas as ações destes com a sua situação familiar, devendo ser efetuado um trabalho que os conduza à vontade de não perpetuar as vivências menos positivas que têm.-----

----O Professor Paulo Jesus emitiu a sua opinião, referindo que também não concorda que os professores discriminem alunos e que os professores do 1.º ciclo e até mesmo os educadores conhecem a vida dos seus alunos e crianças e estão alertados para esse tipo de problemas, sendo por isso os primeiros a sinalizar situações mais preocupantes. Nem sempre a escola pode dar solução e sempre que não consegue fazer mais, pede ajuda às entidades competentes.-----

----A Conselheira Graça Andrade opinou, afirmando que cabe à Câmara Municipal e ao Agrupamento ter os técnicos adequados para combater algumas clínicas privadas cuja principal preocupação são os benefícios financeiros que usufruem face ao número de alunos apoiados.-----

----O Conselheiro José Carlos Teixeira tomou a palavra para referir que já numa das últimas reuniões deste Conselho se discutiu esta questão da discriminação e tem a sensação que por vezes existe aqui um confronto de egos ou de ideias, em que um

quer sempre afirmar-se perante o outro, existindo assuntos que estão sempre a ser discutidos. Sendo este órgão formado por vários elementos, cada um deles com as suas funções e responsabilidades, temos de ter consciência que estamos inseridos numa sociedade complexa e com uma crise de valores e que teremos de nos questionar quanto ao papel que cada um de nós pode ter para minimizar estes problemas, perceber o que cada um de nós pode fazer. Assume que os docentes deste Agrupamento são de grande competência e considera ainda que é inevitável que possa existir um certo grau de discriminação, e que, por vezes, certas ideias nos assaltam o pensamento, no entanto, o mesmo nunca se traduz em ações diferenciadas.-----

----A aluna Ana Beatriz Xavier partilhou também a sua opinião, concordando que não tem conhecimento que haja situações em que professores que discriminem alunos e, da experiência que tem, fruto de ter mudado de turma por três vezes, sempre testemunhou a preocupação que os seus professores tinham com todos os seus colegas. Considera, face a um comentário efetuado pela Vereadora Maria José Dias relativamente a uma situação que presenciou, que o problema da iliteracia evidenciada por muitos jovens não se restringe ao concelho de Resende e, na sua opinião, resulta da escola não os estar a preparar convenientemente para os aspetos práticos da vida futura, existindo uma preocupação meramente académica, nomeadamente os exames.-----

----A Conselheira Carla Costa rematou que estes momentos de discussão são únicos e permitem refletir sobre estas questões.-----

----A Presidente do Conselho Geral concluiu a análise deste ponto, comungando da preocupação da Conselheira Carla Costa relativamente aos resultados obtidos no Ensino Profissional, reforçando que é no primeiro e segundo anos dos cursos que se verifica um maior número de módulos em atraso, sendo mais evidente nas turmas do 1ºE/F e do 2.ºF, sendo que nesta última a taxa de módulos não concluídos se acentua devido ao reduzido número de alunos que integram a turma. No último ano dos cursos constata-se uma evolução, registando-se a conclusão da totalidade dos módulos lecionados no terceiro período, não obstante a existência de quatro alunos com módulos por concluir no curso. Refira-se que na turma do 2.º D se verificou a

existência de dois alunos que interromperam precocemente o seu percurso escolar, correspondendo a uma taxa global de 2,1%, o que permite que o Agrupamento supere com a meta TEIP estabelecida.-----

----No que diz respeito à avaliação externa, obtida na primeira fase, e ao nível do décimo primeiro ano, pode verificar-se que, nas disciplinas de Filosofia, Física e Química A e Biologia e Geologia, a média interna dos alunos sujeitos a exame ficou aquém da média nacional, sendo que a discrepância é mínima na disciplina de Biologia e Geologia. Nas disciplinas de Francês e Geografia A, a média interna superou a média nacional. Já da análise aos resultados da avaliação externa dos alunos de décimo segundo ano, constata-se que as médias internas do Agrupamento foram todas inferiores às médias nacionais, mas muito próximas destas últimas.-----

----Observa-se ainda que na generalidade das disciplinas a tendência dos resultados acompanhou a tendência nacional com algumas disciplinas a apresentar uma evolução face aos resultados do ano anterior e outras a apresentar um retrocesso. É legítimo questionar se não terá ocorrido, por parte dos discentes, a perda de algumas competências fruto do ensino à distância e que não foi possível colmatar na totalidade, o que comprometeu um desempenho mais eficaz.-----

----Relativamente aos resultados obtidos na segunda fase da avaliação externa, da comparação efetuada nas disciplinas de Biologia e Geologia, Física e Química A, Português e Matemática A, verifica-se que, à exceção da disciplina de Matemática A, registaram-se médias internas superiores às médias nacionais.-----

----No **ponto quatro** debruçou-se este Conselho sobre o documento de trabalho apresentado pela Presidente do Conselho Geral sobre a matéria em apreço. Assim, da análise efetuada, foram definidas e aprovadas as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento para o ano de 2023.-----

----Seguidamente, no **ponto cinco**, foi analisado o documento de trabalho apresentado pela Presidente do Conselho Geral sobre as linhas orientadoras do planeamento e execução, pelo Diretor, das atividades no domínio da ação social escolar, a partir do qual, após discussão, foram definidas e aprovadas as linhas orientadoras no domínio da ação social escolar. A Conselheira Ana Lázaro aproveitou o momento para relembrar da obrigatoriedade de existência de opção vegetariana

nas ementas das refeições servidas na cantina, de acordo com o estipulado na Lei nº 11-2017 de 17 de abril, artigo 1º. Caso a procura da opção vegetariana seja reduzida, poderá optar-se por uma inscrição prévia, por forma a evitar o desperdício alimentar.--

-----O Sr. Diretor informou que no ano letivo transato essa opção foi disponibilizada a uma aluna que o solicitou, tendo a professora Ana Lázaro sugerido que essa opção pudesse estar disponível para todos os alunos, mediante a aquisição prévia de senha. A Conselheira Carla Costa referiu que, com a existência de um nutricionista que aconselha as ementas, e tendo a Autarquia delegado no Sr. Diretor a responsabilidade pela cantina escolar, talvez seja de pensar nessa hipótese a partir do segundo período. -----

-----Relativamente ao **ponto seis**, lembrou a Presidente do Conselho Geral que os critérios base de avaliação interna do Diretor foram definidos tendo por base a Carta de Missão e o Projeto de intervenção do Diretor, tendo sido aprovados na reunião de 15 de junho de 2021. Contudo, ficou acordado que a análise mais detalhada dos descritores que permitem a avaliação de cada conteúdo ficaria adiada para um momento mais oportuno. É importante que os mesmos permitam objetivar ao máximo esta avaliação, devendo por isso ser cuidadosamente discutidos e definidos, dado que serão aplicados ainda durante o decorrer deste ano letivo.-----

-----Atendendo ao adiantado da hora, e dada a morosidade do ponto em discussão, decidiu este Conselho constituir uma comissão de trabalho que garanta a representatividade de todos os intervenientes deste Órgão e que, face à exigência e responsabilidade da demanda, se reunirá previamente para a produção do documento que contém os descritores de avaliação, os quais serão submetidos à aprovação de todo o Conselho Geral.-----

-----Esta comissão será então constituída pelos Conselheiros Ana Beatriz Xavier, Carla Costa, Gina Antas, José Carlos Teixeira, Manuel Bernardo, Manuel Tuna e Paula Pereira.-----

-----Nos **outros assuntos**, alertou a Presidente do Conselho Geral para a necessidade da apresentação a este órgão dos documentos referentes ao Regulamento Interno e ao Plano Anual de Atividades.-----

-----Aproveitou ainda para comunicar que os Conselheiros Adérito Lopes e Amadeu Vasconcelos apresentaram a terceira falta não justificada, o que, conforme o Artigo 9.º, ponto 1 alínea b) do Regimento do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Resende, conduz à perda de mandato. Caso no prazo de dois dias a contar da data da reunião não lhe forem remetida, por escrito, as devidas justificações, como estipulado no Artigo 14.º, ponto 3 do referido Regimento, esta decisão será comunicada por escrito aos titulares. -----

-----A Conselheira Carla Costa pediu a palavra no sentido de alertar para uma comunicação do Conselheiro Amadeu Vasconcelos a dar conta de um imprevisto que terá surgido, o que o impediu de estar presente. Entretanto fez referência ao Plano de ação do PIICIE, informando que já decorreu uma reunião com o Sr. Diretor e a sua equipa para se dar início ao referido Plano, encontrando-se a aguardar que a professora Isabel Moreira articule com os professores do 1.º ciclo para que as técnicas afetas ao Programa desde setembro (uma psicóloga, uma terapeuta da fala e uma animadora sociocultural) possam, com a devida autorização, começar as suas funções. O PIICIE- fase 2 foi elaborado de forma articulada com o Agrupamento de Escolas de Resende, com o intuito de complementar os projetos em desenvolvimento no mesmo e dar continuidade, em parte, ao desenvolvido no PIICIE- fase 1. Este plano prevê a realização de três atividades: Dicas, Experimenta Ciência e Sala de aula do futuro.-----

-----Mais informou que o Experimenta Ciência foi alargado, contemplando agora três anos do 1.º ciclo do ensino básico e realçou a existência da sala de aula do futuro, a qual constitui-se como um recurso que pode ser valorizado e aproveitado para um ensino assente em metodologias ativas de aprendizagem, tendo sido considerado uma mais-valia pelos docentes. Para isso basta efetuar uma inscrição, podendo contar os professores com o apoio de um técnico do município.-----

-----Ficou acordado entre o Sr. Diretor e a Autarquia que a reunião de preparação do próximo ano letivo irá ser efetuada no final deste ano letivo de modo a articular atempadamente os recursos e rentabilizar as parcerias.-----

-----O Sr. Diretor esclareceu que a reunião com os professores do 1.º ciclo sobre o Programa PIICIE decorrerá ainda durante esta semana, tendo já apresentado o

referido Plano no Conselho Pedagógico e que o mesmo iria ser dado a conhecer nas diferentes reuniões de Departamento que irão ser realizadas esta semana. -----

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela presidente da reunião e pela conselheira que a secretariou.-----

A Presidente da reunião

A Secretária

Paula Pereira

Ana Lázaro